SINTESP

# 1º PASSO

FORÇA SINDICAL
BRASIL FENATEST

Jornal do SINTESP - Ano 2015 - Nº 274 - www.sintesp.org.br - Sede - SP

## Área prevencionista ganha novo fôlego com o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde no Trabalho

Na data de 27 de Novembro de 2013, em ato na Câmara dos Deputados foi lançado a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde no Trabalho. Com 225 integrantes, deputados federais que foram mobilizados pelo empenho do deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT -SP), ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC...

*confira na p. 6*

## Índice

**5** Regional Piracicaba promoveu mais um Sábado de Capacitação

**15** MTE define novas regras para atividade insalubre

**16** Centrais e Dieese debatem proposta do governo de proteção ao emprego

**16** Por um código de autorregulamento do movimento sindical

**18** Norminha recebe Prêmio Excelência e Qualidade Brasil 2015 e seu diretor é intitulado Comendador

**18** SINTESP prestigia entrega de certificados no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco

**20** Meio Ambiente

**20** Campanha Associativa 2015

**20** Workshop apresentou medidas para a crise hídrica de São Paulo

**22** Agenda de cursos

**22** Cursos do SINTESP 2015

### CUBATÃO SEDIOU SEMINÁRIO DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E ACIDENTES QUÍMICOS

*confira na p. 4*

### SINTESP ABCDMRR REALIZA 16º SEMINÁRIO DE SST, NA CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

*confira na p. 5*

### SINTESP PARTICIPOU DA 29ª REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

*confira na p. 19*

### ENTIDADES CELEBRAM 24º ANIVERSÁRIO DA LEI DE COTAS

*confira na p. 14*

### 43 anos do SESMT - Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho

*confira na p 12*

Para acessar: Google play | Available on the App Store | e digite Proteção Digital

O conteúdo da edição digital pode ser acessado em até quatro equipamentos, independente da plataforma utilizada. As plataformas de acesso são IOS, Android ou web.
As edições individuais poderão ser acessadas em até 60 dias da data da compra.
As edições que integram uma assinatura digital ou uma assinatura digital + acervo poderão ser acessadas durante os meses que integram o período da assinatura. Caso a assinatura digital ou a assinatura digital + acervo não seja renovada, o acesso encerra no último dia do mês de encerramento da assinatura.

## Proteção Digital, assine agora e garanta acesso full time a cada edição.

A Revista Proteção Digital apresenta o mesmo conteúdo da versão impressa em multiplataformas que podem ser acessados em vários dispositivos. Adquira edições individuais ou assine por 12 ou 24 meses e tenha ao seu alcance o melhor conteúdo de Saúde e Segurança do Trabalho a qualquer hora e lugar.

## Você ainda pode adquirir o acervo digital da revista Proteção desde 2004.

Os assinantes da versão digital podem adquirir o acervo e acessar os últimos 10 anos da Revista Proteção. São 120 edições com tudo o que aconteceu no Brasil e no mundo, sobre Saúde Ocupacional. Potencialize seu conhecimento, consulte as páginas das edições que registram a evolução do prevencionismo brasileiro.

CONTEÚDO COMPLETO Revista PROTEÇÃO DIGITAL MULTIPLATAFORMAS

www.lojavirtualprotecao.com.br
assinaturas@protecao.com.br
Fone (51) 2131.0400

Revista PROTEÇÃO QUEM LÊ DECIDE

Patrocínio Ansell

Editorial

*Marcos Antonio de Almeida Ribeiro*
*Presidente do SINTESP*

# Bancada Patronal menospreza Governo e Trabalhadores no Tripartismo

A discussão sobre a alteração da NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção no CPN (Comitê Permanente Nacional), suspensa no último dia 9 de julho de 2015, adiada por 120 dias, ocorreu por solicitação da bancada patronal.

Segundo Yves Mifano, diretor vice-presidente de Tecnologia e Qualidade do Secovi-SP, o texto do documento, elaborado pelo governo federal em 2013, muda significativamente a norma, entrando em nível de detalhe exagerado, complicando a aplicação, além de elevar a possibilidade de multas ao setor sem aumento da segurança. A bancada patronal promete elaborar um texto muito mais enxuto e objetivo, cuja ênfase seja "no que fazer e não como fazer", afirma Mifano.

O SINTESP repudia veemente a proposta e afirmamos ser indecente, desrespeitosa e uma afronta ao Tripartismo Brasileiro, uma vez que vai contra tudo o que a bancada dos Trabalhadores produziu até hoje em termos de buscar a valorização da vida nos ambientes de trabalho. A revisão da NR-18 teve início em maio de 2013 e desde então, por várias vezes, nós, da bancada dos Trabalhadores, acatamos as sugestões da bancada patronal e chegamos a mudar, inclusive, o regimento do processo, além de que colaboramos com propostas ao texto original, ou seja, a desculpa que o texto de 2013, apresentado pelo MTE, de ser ruim para o Patronal é um absurdo, pois de lá até a data de hoje eles e, nós, colaboramos e discutimos muito a alteração da NR-18.

Por isso, nossa visão é de que a bancada patronal, além de afrontar o modelo tripartite, cujo objetivo principal é possibilitar uma discussão entre as três partes envolvidas, a saber: Governo, Trabalhadores e Empregadores, visando um único bem e interesse que é salvaguardar o direito à integridade física e mental do trabalhador, também menospreza nossa capacidade (empregados e governo) de construir uma legislação em comum acordo.

Essa atitude desfaz todas as atividades que já foram desenvolvidas pelos grupos de trabalhos técnicos, que contaram com profissionais que detêm conhecimento das atividades no dia a dia das empresas. Ao quererem propor um modelo exclusivo do empregador, sem dúvida, conota um retrocesso para os trabalhos de todos os grupos. Se não conseguimos fechar no modelo tripartite, imaginem um modelo só do empregador?!

O que eles querem? Será que querem elaborar um texto e trazer para nós aprovarmos? Se for isso o pensamento do patronal, seria o mesmo de dizer a nós, trabalhadores e governo, que não temos a capacidade intelectual para a construção de uma norma.

Vamos aguardar os 120 dias, mas duvidamos que tragam algo mais inteligente para a Segurança e Saúde dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil que um projeto feito no Tripartismo. Esperamos que neste período repensem e aprendam a trabalhar e a dialogar com o contraditório, que sejam menos corporativistas e possam valorizar os trabalhadores e governo nos trabalhos tripartites que esse, sim, é o melhor e mais justo caminho democrático.

1º PASSO
Ano 2015 - Nº 274 - SEDE - SP - www.sintesp.org.br

**EXPEDIENTE**
**Publicação do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo**
Sede: Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República
Centro - CEP 01041-000
Tel. 11 3362-1104 - sintesp@sintesp.org.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**
Dir. Presidente: Marcos Antonio de A. Ribeiro
Diretor Vice-Presidente: Laércio Fernandes Vicente
Diretor 1º Secretário: Sebastião Ferreira da Silva
Diretor 2º Secretário: Wagner Francisco De Paula
Diretor 1º Tesoureiro: Élcio Pires
Diretor 2º Tesoureiro: Rene Alves Cavalcanti
Diretor Exec. Estadual: Armando Henrique

**DIRETORIA ESTADUAL**
Titulares: Adonai Gomes Ribeiro, Heitor Domingues de Oliveira, Cosmo Palasio de Moraes Jr., Jorge Gimenez Berruezo, Tânia Angelina dos Santos, Luiz de Brito Porfírio e Valdizar Albuquerque.
Suplentes: Milton Perez, Adenias Santos Silva, Altair Teixeira (em memória), Eduardo Neves da Silva, Rogério de Jesus Santos, Paulo Roberto de Visgueiro, Laércio Sabiru Custodio.

**VICE-PRESIDENTES REGIONAIS**
ABCDMRR: Luiz Carlos Crispim Silva. Ribeirão Preto: Evaldir Jesus de Morais. Vale do Paraíba: Jacy Pitta. Campinas: Luiz Alberto Prado Corrêa. Santos: Paulo Sérgio Novais. Sorocaba: Valdemar José da Silva. Pres. Prudente: Claudio Pereira de Lima. S. J. do Rio Preto: Maria Helena Alves T. Gomes. Osasco: Julio Jordão. Guarulhos: Selma Rossana Silva.

**CONSELHO FISCAL**
Titular: Mirdes de Oliveira, Homero Tadeu Betti, José Antonio da Silva
Suplentes: Paulino Gama Gregório da Silva, Nelson Matias Pereira, Ismael Gianeri.

**COORDENAÇÃO DO JORNAL**
Comunicação e Marketing
Diretor Responsável: Valdizar Albuquerque.
Fotos: Arquivo SINTESP
Jornalista Resp.: Sofia Conceição - MTb 28.703
Estagiária de Jornalismo: Vanuza Amorim Rocha
Diagramação: Alexandre Gomes (allgomes@uol.com.br)
Comercial/Publicidade: Heitor Domingues (heitor@sintesp.org.br)
CTP/IMPRESSÃO: Formato

Regional SINTESP em ação

# Cubatão sediou Seminário de Segurança Industrial e Acidentes Químicos

A Câmara Municipal de Cubatão sediou, no dia 30 de julho de 2015, o "I Seminário de Segurança Industrial e Acidentes Químicos". O evento, realizado pela Fundacentro e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas da Baixada Santista, em parceria com o SINTESP Regional Santos e Força Sindical São Paulo, contou com a presença de mais de 120 trabalhadores.

O objetivo do evento foi orientar os Técnicos de Segurança do Trabalho e a população sobre a responsabilidade de cada um na prevenção e na forma de agir em caso de acidentes industriais, já que é grande a quantidade de produtos químicos perigosos manipulados na região, com potencial de explosão, asfixia, queimadura e envenenamento.

*A iniciativa inédita, na Câmara Municipal de Cubatão, uniu esforços da Fundacentro e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, para disseminar as informações importantes sobre a questão da segurança contra acidentes químicos no setor industrial*

O presidente da Câmara afirmou que foi uma honra para o Poder Legislativo abrir as portas para um evento desse porte. Aguinaldo Araújo lembrou dos tempos em que trabalhava na antiga Ultrafértil e como a questão da segurança era de extrema importância.

Josué Amador da Silva, chefe do escritório regional da Fundacentro, disse que o órgão federal deixou de atuar na Baixada Santista em 2011, mas que em 2014 por conta da mobilização do movimento sindical, a Fundacentro retomou suas atividades na região. A fundação é responsável pela difusão de conhecimentos que contribuam para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores, visando ao desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente.

*Representando o SINTESP, Marquinhos e Paulo Sérgio Novais levaram o apoio da categoria dos TST's para a realização do evento na Baixada Santista*

Herbert Passos Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas da Baixada Santista, comentou que o seminário provoca a reflexão sobre os acidentes ocorridos recentemente na região, como o incêndio na Ultracargo e o vazamento de gás em indústrias de Cubatão. Segundo o sindicalista, esses acontecimentos demonstram a fragilidade das cidades no âmbito da segurança industrial.

O seminário contou com as palestras de Gionei Gomes da Silva, gerente da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Santos, que comentou sobre a atuação do órgão regional, e do engenheiro químico e tecnologista sênior Fernando Vieira Sobrinho, da Fundacentro, que explanou sobre a Convenção Nº 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Regional Santos do SINTESP colaborou com o evento. Na ocasião, estiveram presentes Marcos Antonio Ribeiro, presidente do SINTESP; e Paulo Sérgio Novais, vice-presidente da Regional Santos. Marquinhos, que também é secretário de Saúde e Segurança da Força Estadual-SP, compôs a programação como palestrante, abordando o tema "Atuação dos Técnicos de Segurança do Trabalho".

Novais destacou a importância da iniciativa para os profissionais prevencionistas da região. "O evento atingiu os objetivos e proporcionou momentos de informação técnica muito relevante para os profissionais TST's e demais envolvidos com a segurança e saúde do trabalho, bem como com a parte ambiental das empresas. Para o SINTESP, é sempre muito bom participar dessas iniciativas, pois são oportunidades para disseminarmos as ações da entidade e a contribuição que o Técnico de Segurança do Trabalho pode conceder nos mais diversos ambientes de trabalho", declarou.

# Regional Piracicaba promoveu mais um Sábado de Capacitação

*O diretor do SINTESP, Valdizar Albuquerque; e Marcelo Zambon, da Sub-Regional de Piracicaba, selaram a parceria bem-sucedida em prol dos profissionais prevencionistas da região de Piracicaba*

O auditório da Sub Regional SINTESP de Piracicaba sediou mais uma edição do Sábado de Capacitação, realizado dia 25 de julho de 2015. A palestra foi ministrada pelo diretor do SINTESP, Valdizar Albuquerque, deputado estadual suplente pelo partido PHS, de São Paulo, que abordou o tema "Formação e o Mercado Profissional".

"Nós, do SINTESP Sub Regional de Piracicaba, agradecemos a todos os participantes de Piracicaba e Região, que estiveram presentes nesta palestra de suma importância em prol da segurança e saúde no trabalho e, especialmente, para o embasamento e crescimento profissional. Temas, como esse, sempre agregam valores para os profissionais do setor", pronunciou Marcelo Zambon, representante da Sub Regional Piracicaba.

Os participantes ficaram muito satisfeitos com a palestra e parabenizaram Albuquerque pela contribuição no evento, demonstrando simpatia, ética, profissionalismo e amor à categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

A equipe organizadora de Piracicaba, através de seus diretores sindicais Marcelo Zambon e Alexandre Lopes, junto ao companheiro Thiago Borges, agradeceram a visita e a parceria do SINTESP sede representado por Albuquerque, na ocasião. "Estamos todos lutando sempre por melhorias continuas em nossa categoria prevencionista", ressaltou Zambon.

# SINTESP ABCDMRR realiza 16º Seminário de SST, na Câmara Municipal de Diadema

*Momento da abertura com Valter, secretario Desenvolvimento Econômico representando o Prefeito Lauro Michels; vereador Etevaldo Leitão; Crispim; Regina, assessora parlamentar da Câmara de Diadema; Marquinhos; Pedro Paulo, engenheiro e palestrante; e Ivan Gabriel de Freitas, advogado trabalhista e Técnico de Segurança do Trabalho*

O SINTESP Regional ABCDMRR promoveu, no dia 18 de Julho de 2015, na Câmara Municipal de Diadema, em conjunto com outros setores ligados ao segmento prevencionista, palestras que abordaram vários assuntos ligados a segurança do trabalhador, como: "Os Paradigmas da profissão e os Desafios e perspectivas da Segurança do Trabalho", "Responsabilidade Social, Terceirização e a SST", "A Gestão da Qualidade,Higiene Ocupacional", e, para fechar o ciclo de palestras, foi ministrado no tema "e-Social". O evento envolveu diversos setores da Prefeitura de Diadema, bem como outros órgãos em nível regional ligados ao segmento de SST.

*As palestras abordaram temas atuais com o objetivo de aprimorar os conhecimentos técnicos e profissionais dos participantes*

Segundo o diretor vice-presidente da Regional ABCDMRR, Luiz Carlos Crispim, a participação dos profissionais ligados ao setor de SST superou a expectativa dos organizadores. "Tivemos um público de, aproximadamente, 130 pessoas, entre Técnicos de Segurança, Enfermeiros do Trabalho, Cipeiros, Brigadistas e Socorristas, Assistentes Sociais, entre outros profissionais do setor", informou.

Crispim salientou que, seguindo a tradição desde sua primeira edição, o objetivo principal do seminário foi o de aprimorar os conhecimentos técnicos acerca do assunto e a atualização profissional sobre os conceitos práticos e técnicos que existem atualmente pertinentes a legislação de SST.

Estiveram presentes neste 16º. Encontro da Regional ABCDMRR, Marcos Antonio Ribeiro, o Marquinhos, presidente do SINTESP; o vereador Atevaldo Leitão e propositor do espaço da Câmara ao SINTESP; José Dourado, presidente da Câmara Municipal de Diadema; o secretario de Desenvolvimento Econômico representando o prefeito da cidade, Lauro Michels Sobrinho; e demais convidados.

O evento foi gravado a vivo pela TV Câmara de Diadema. Ao final foi servido o cofee-break e realizada a entrega de certificados a todos os participantes do seminário. Os patrocinadores e colaboradores foram Grupo Saúde e Vida, Empresa Berenelli representante de EPI'S MSA do Brasil; Infor-Softwaren para folha de pagamento.

"Lembramos que o nosso 17º. Encontro será na Câmara de São Bernardo do Campo no mês de setembro, em data a ser definida pela Regional do ABCDMRR e que iremos divulgar em todos os meios de comunicação do SINTESP e parceiros", finalizou Crispim.

Especial

# Área prevencionista ganha novo fôlego com o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde no Trabalho

Na data de 27 de Novembro de 2013, em ato na Câmara dos Deputados foi lançado a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde no Trabalho. Com 225 integrantes, deputados federais que foram mobilizados pelo empenho do deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT -SP), ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

"Vamos sistematizar os projetos existentes e definir um plano de ação", disse Vicentinho à época. Segundo o deputado, o empresário precisa ser mais inteligente, se ele protege a vida e as condições do trabalho, ele ganha mais produção também. "Então, a Frente Parlamentar visa organizar e estimular o debate em torno disso, além de elaborar projetos legislativos para que tenhamos um grande salto de qualidade nessa área", afirmou o parlamentar ao site da liderança do PT na Câmara, na época.

O Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde do Trabalho foi um esforço da Fenatest – Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, que inicialmente teve o apoio do SINTESP no projeto, através das quais ocorreram as primeiras reuniões e, logo depois, recebeu o apoio das demais entidades prevencionistas.

As Frentes Parlamentares são associações suprapartidárias com pelo menos 1/3 dos integrantes do Poder Legislativo Federal, destinadas a aprimorar a Legislação referente a um tema específico. Elas são regulamentadas pelo ato 69/05, da Mesa Diretora. Toda Frente tem um representante oficial e pode utilizar o espaço físico da Câmara, desde que suas atividades não interfiram no andamento dos outros trabalhos da casa, não impliquem contratação de pessoal e nem fornecimento de passagens aéreas.

Marcos Antônio Ribeiro, presidente do SINTESP, que esteve presente em 2013, na cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar de SST, afirmou que a falta de fiscalização faz com que os empresários não cumpram a legislação. Por sua vez, a presidente da Fundacentro, Maria Amélia Reis, reconheceu que o governo não dispõe de pessoal suficiente para fazer uma fiscalização adequada. E a própria Fundacentro, entidade governamental de pesquisa científica e tecnológica relacionada à segurança e saúde dos trabalhadores, enfrenta dificuldades em seu quadro pessoal, inclusive 46% está se aposentando e não há oferta de profissionais para serem absorvidos pela instituição.

*Momento da solenidade, realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, DF, quando foi relançada a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde no Trabalho, com representantes das esferas governamental, institucional e sindical*

Com todas estas e outras deficiências na SST é que a Fenatest apostou na Frente Parlamentar. Na verdade, uma aposta para conseguir reverter o descrédito que a SST possui na sociedade. No passado, quando foram editadas as primeiras normas de SST com a Portaria 3214/78, o tema era assunto de Estado, sendo assim, qualquer evento que se fizesse em torno disso o Ministro do Trabalho estava presente. Cabe informar que antes dessa Portaria, o que presenciamos com o passar dos anos anteriores, por exemplo, é que o Ministério passou a indicar representante e, hoje, as entidades precisam implorar para serem ouvidas, pois participar, seja lá qual for o evento para discutir SST, o Estado não se faz mais presente.

É nesse triste cenário que entra a importância de se investir numa Frente Parlamentar de SST e, em 2013, ao ser criada tendo o Deputado Vicentinho como presidente, ficou uma pauta para ser trabalhada, destacamos, portanto, os assuntos a serem defendidos a partir de 2013:

**1.** Defesa da regulamentação do Conselho de Classe dos Técnicos de Segurança do Trabalho - Beneficiando 250 mil profissionais, como principais promotores da Segurança e Saúde nos locais de trabalho. Processo nº4610.001767/2003-99 - MTE

**2.** Promoção da aplicação dos princípios da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST - Decreto Presidencial 7.602/2011, Beneficiando 108 milhões de Trabalhadores.

**3.** Valorização das CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, como a mais antiga (70 anos), e importante organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, em defesa da qualidade de vida nos ambientes de trabalho.

**4.** Gestão para ocupação das pautas políticas de relações de trabalho com inclusão de Segurança e Saúde no Trabalho.

**5.** Fortalecimento das estruturas do Minis-

tério do Trabalho e Fundacentro, visando cumprir e fazer cumprir as legislações Prevencionista e direcionamento de recursos para a prevenção.

**6.** Ações políticas para retirar o Brasil da situação vexatória de um dos piores país no Mundo em quantidade e custos de Acidentes do Trabalho, 700 mil acidentes, com três mil mortes/Ano – R$ 70 bilhões de custos.

**7.** Desenvolver e socializar a cultura prevencionista.

**8.** Promoção das ações de prevenção de acidentes e reparação das consequências sociais e econômica destes, de forma intergradas entre Governo, Empresários e Trabalhadores.

**9.** Harmonização das Legislações Federal, Estaduais e Municipais relativas a prevenção.

**10.** Busca de recursos e estruturas para investimento nas ações concretas e objetivas de prevenção de acidentes.

**11.** Incentivos fiscais para os investimentos em prevenção de acidentes.

Infelizmente, o ano de criação (2013) não ajudou muito, logo veio Dezembro, entramos em 2014, de imediato aconteceu o Carnaval, em seguida a Copa do Mundo e as eleições em Outubro, quando olhamos para trás, findou o ano de 2014 e o resultado dos trabalhos da Frente Parlamentar foram insuficientes para surtir algum efeito que justificasse sua criação. Embora tenha mais de 250 Parlamentares apoiando, o curioso foi que nas campanhas eleitorais dos próprios apoiadores da Frente poucos ou nenhum deputado colocaram, como plataforma de trabalho, a SST.

*O relançamento da Frente Parlamentar, tendo Vicentinho como presidente, representa um novo fôlego para a área prevencionista, principalmente, pelos esforços da Fenatest para fazer cumprir seu papel prioritário que é a valorização da vida do trabalhador*

O SINTESP teve dois diretores que disputaram as Eleições, para os quais no plano de trabalho, se eleitos, e na vida profissional deles estão a SST, mas não obtiveram êxito. Fica a dúvida então de o quanto é importante para o setor investir politicamente numa representação?

Marquinhos, do SINTESP, veio candidato à deputado federal. Entre as suas propostas de trabalho estavam a de fortalecer a Frente Parlamentar de Segurança e Saúde do Trabalho, empenho em criar o Conselho Profissional dos Técnicos de Segurança do Trabalho e esforços para reestruturar o Setor de Inspeção do Trabalho, no MTE, que há muito tempo está sucateado.

Já Valdizar Albuquerque, entre as várias propostas em áreas como Educação pelo fim da aprovação automática e Segurança Pública com a criação do Sistema Único de Segurança Pública de São Paulo – SUSP/SP, veio com a proposta de criar o SESMT Paulista, no qual prevê um dimensionamento de SESMT mais rígido, passando para 5% das empresas dos 1% hoje com cobertura da NR 04 e incentivos fiscais Estadual para o Setor Prevencionista.

Passado esse período, um novo empenho foi feito e a Fenatest articulou com o deputado Vicentinho os trabalhos para fortalecer o setor prevencionista e, com isso, no dia 11 de junho de 2015, em Brasília, DF, ocorreu o Relançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde do Trabalho. O evento foi realizado numa Audiência Pública referente ao "Dia Internacional às Vítimas de Acidentes e Doenças no Trabalho". Fizeram parte da mesa de relançamento junto com Vicentinho, a presidente da Fundacentro, Maria Amélia Gomes Reis; Rinaldo Marinho, diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do MTE; Junéia Martins Batista, secretária de Saúde do Trabalhador da CUT; Flauzino Antunes Neto, secretário de Educação Sindical da CGBT - Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros; o diretor Nacional de Relações do Trabalho da Nova Central, Luiz Antônio Festino; Armando Henrique, presidente da Fenatest; Arnaldo Gonçalves, secretário Nacional de SST da Força Sindical; diretores da CTB, entre outros.

## Novo fôlego

Temos conhecimento de que é um tema complexo, o Brasil ainda precisa avançar muito para ampliar a conscientização em prol da SST, mas

*Foram realizadas diversas reuniões e encontros em Brasília durante a fase de relançamento da Frente Parlamentar de SST, com o objetivo de reforçar sua importância e agregar novos atores que possam ajudar na consolidação dos trabalhos*

*A conquista do Conselho de Classe dos TST´s é uma das principais tarefas que a Frente Parlamentar de SST assumiu e que depende do apoio dos deputados federais para sua consolidação. Para isso, a Fenatest e sua diretoria estão empenhados para angariar o maior número possível de apoiadores em todo o país*

o relançamento da Frente Parlamentar demonstra um novo fôlego para a área prevencionista, principalmente, pelos esforços da Fenatest para fazê-la cumprir seu papel prioritário. Em entrevista ao Jornal Primeiro Passo, Armando Henrique, presidente da Fenatest, conta que a Frente Parlamentar nasceu por esforço da entidade, no entanto, hoje conta com o apoio de todas as centrais sindicais e diversos segmentos do setor, que estão comprometidos com o seu desenvolvimento. Em vista disso, ele reforça que a Frente Parlamentar é criada para defender um assunto específico e, no caso da SST, nunca houve esse tipo de espaço na política nacional, especialmente, na Câmara dos Deputados. Segundo ele, para isso acontecer na prática é necessário ter pelo menos 170 deputados compondo uma Frente Parlamentar para que seja regularizada. "No nosso caso nós montamos a primeira frente, na gestão passada, com 230 deputados e agora, na atual legislatura, nós provocamos novamente o deputado Vicentinho e resgatamos a Frente Parlamentar de SST, pois a cada legislatura a mesma tem que ser renovada, por isso a cerimônia de relançamento, dia 11/6, em Brasília", explicou.

Sobre a importância de uma Frente Parlamenta específica sobre o assunto, Armando diz que até agora os prevencionistas estiveram quase que totalmente fora da pauta política, enquanto isso muitas coisas aconteceram, envolvendo a segurança e saúde dos trabalhadores à revelia, até por conta de pessoas que desconhecem o segmento, por exemplo. Armando conta que a Frente Parlamentar já fez um levantamento no Congresso de que tem mais de 200 projetos tramitando por lá em stand by que envolvem a SST. "Só agora, com a tentativa de derrubar a NR 12, tem mais de 10 projetos de deputados federais, a pedido do setor empresarial, para derrubar esta norma. E, nós, especialistas, nunca tivemos essa leitura, esse envolvimento com os parlamentares, para fazer o contraponto", observou Armando.

Nesse sentido, ele informa que a Fenatest relançou a Frente Parlamentar nesta atual legislatura, mas, agora, cabe aos atores envolvidos no universo da SST fazerem com que ela trabalhe, caso contrário não vai vingar. "Temos que criar demandas e cobrar dos parlamentares. É importante o papel da Fenatest, mas, mais importante, é que cada um dos técnicos, engenheiros, médicos, interessados na área, identifiquem o deputado ou senador do seu relacionamento que faz parte da Frente Parlamentar e faça uma aproximação para cobrança das ações, porque se não houver manifestação dos interessados, o projeto corre à revelia ou, então, não acontece nada. Vai ser mais uma iniciativa que vai morrer no mundo das ideias", alerta.

Armando deixa bem claro que a Frente Parlamentar tem uma tarefa gigantesca desde que o setor cobre dos parlamentares o que tem que ser feito. "Um exemplo é o caso do Conselho de Classe dos TST´s, que atualmente, está tramitando na Casa Civil novamente, com grande perspectiva de sair, mas vai chegar o momento em que estará no Congresso Nacional e se não contar com o apoio dos deputados federais, não vai passar. Até o próprio poder executivo, representado pela Presidência da República, Casa Civil, Ministério do Trabalho, se eles forem pressionados pelos deputados pode ser que seja dada uma velocidade diferente para o assunto, fora isso, eles têm muitas outras demandas, como é o caso da Política Nacional de SST, que pode gerar milhares de empregos para os técnicos, mas ainda está no papel. A Frente Parlamentar, por sua vez, tem a função de fazer com que essa política, através do MTE, seja consolidada e cumprida na prática. Sabemos que são ações que envolvem, principalmente, os Ministérios do Trabalho, da Saúde e a Previdência Social, que são do Executivo, mas tendo uma pressão política do Legislativo, as ações tomam um rumo diferente e mais positivo, conforme temos esperado", salienta.

De acordo com Armando, o deputado presidente da Frente Parlamentar, Vicentinho, tem uma atitude muito moderadora, mas ele conseguiu com uma certa facilidade as duas composições da Frente Parlamentar e, sobretudo, fazer com que os deputados vejam essa área com simpatia, porque nem todos os assuntos em pauta são confortáveis para os deputados, nem todos aceitam fazer parte, mas, felizmente, neste caso, Armando informa que não houve nenhuma rejeição da parte dos deputados que compõem essa frente.

"Com este relançamento, esperamos que o Vicentinho tenha mais motivação e carregue esta bandeira da SST, nos dando, realmente, uma agilidade mais agressiva através desta Frente Parlamentar, pois se o presidente não tomar iniciativa a consequência é que os trabalhos não vão evoluir, mas vejo que se ele for proativo e abraçar esse tema com determinação, não só vai trazer resultados concretos do Congresso Nacional, como também vai disseminar para as assembleias legislativas estaduais e câmaras dos vereadores, porque a Frente Parlamentar não está presa na função de Brasília, isto é, ela pode perfeitamente fazer audiências públicas em qualquer Estado e Município, desde que haja uma demanda que justifique", explicou. Conforme Armando, caso haja alguma tragédia ou situação grave ou epidêmica é natural que a Frente Parlamentar de SST faça audiências públicas à exemplo do que é feito em outros temas de interesse social.

## Prioridade em prol de um novo modelo de SST

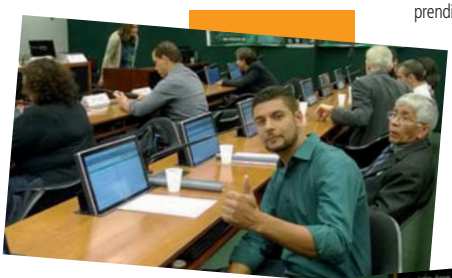
Diante disso, é importante que os TST´s estejam envolvidos, acompanhando as ações da Frente Parlamentar. "A ajuda dos trabalhadores e dos técnicos de segurança é fundamental porque

vamos considerar que se ele se apropria de um e-mail de um deputado e queira cobrar, ele passa a interagir com esse deputado. São 517 deputados e mesmo aqueles que não fazem parte da Frente Parlamentar vão ter que se interessar pelo assunto e na hora da votação vamos precisar deles. Da mesma forma os deputados que compõem a Frente Parlamentar têm que estar sempre sofrendo pressão de baixo pra cima. Por isso, entendemos que cada TST deve ter a missão de cuidar de pelo menos um deputado federal, conferindo e cobrando quando necessário a participação efetiva dele em prol dos assuntos que afetam o trabalhador", comenta Armando.

Atualmente, Armando conta que a prioridade da Frente Parlamentar é fazer cumprir a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho, porque a PNSST foi dividida em oito objetivos macros e se esses oito objetivos forem colocados em prática nós vamos ter um novo modelo de Segurança e Saúde do Trabalho, mais participativo, mais ampliado e, com isso, naturalmente serão geradas demandas de trabalhos técnicos e é assim que vamos ver a criação de mais emprego para os profissionais da categoria.

Segundo Armando, já existem vários trabalhos em andamento e destaca o projeto Segurança e Saúde do Trabalho para a Disciplina Escolar nas partes de Ensino Fundamental até o Doutorado. "O objetivo é inserir no Ensino a cultura da prevenção", diz. Outro projeto que está em andamento é a harmonização da legislação. "Hoje, quase tudo que se faz em termos de legislação, como as NR's, a normalização da SST, que envolve os ministérios do Trabalho, Saúde e a Previdência Social, já é procurado que seja feito de forma harmônica porque até então não existia isso. Nós temos muitas leis que entram em conflito e, em vez de ajudar, acabam atrapalhando ainda mais as ações. Desta forma a harmonização da legislação prevencionista talvez seja a tarefa mais importante da Frente Parlamentar de SST", considera.

As expectativas são grandes. Armando declara que os Técnicos de Segurança do Trabalho mais antigos, como ele, inclusive, precisam entender que é necessário reformular o modelo de SST no Brasil, que já foi muito bom, já deu resultados, mas muitas coisas mudaram ao longo dos anos nas relações de trabalho e, por isso, é necessário mudar a conduta dos profissionais da área, de como fazer isso e como se relacionar com o universo que tem responsabilidades direta e indireta com esse universo. "A geração em que o profissional era especialista, tecnicista, se prendia em detalhes de uma empresa e não abria sua visão para o externo, esse modelo está esgotado", salienta.



*Os diretores do SINTESP, Valdizar Albuquerque ((acima) e Heitor Domingues de Oliveira (abaixo, primeiro à direita), atuaram proativamente durante as reuniões, em Brasília, para aliar esforços em prol da Frente Parlamentar de SST*

Esse é um aspecto, o outro, conforme Armando, é que nós temos que fazer segurança e saúde do trabalho de forma mais inteligente, ou seja, o grande empenho hoje é criar bancos de dados, estruturando uma base de dados para que tenhamos pelo menos condições de saber por onde começar e para onde queremos ir com essas informações porque, infelizmente, nós temos muito dados, mas estão todos soltos, com cada setor cuidando dos seus dados e o resultado não está sendo de forma integrada. Por isso, para Armando, uma das grandes realizações que a Fenatest espera é que existam mais ações de forma integrada, com a saúde, a prevenção, a segurança e saúde do trabalho se desenvolvendo de forma multidisciplinar. "Quanto menos gargalos existirem melhor. Temos que interagir e entender que para dar conta da situação em defesa da segurança e saúde do trabalho nós dependemos de muitos segmentos e, especialmente, do apoio de quem representa os trabalhadores, então, não dá para dissociar uma coisa da outra hoje, por exemplo, saúde e segurança do trabalho sem o envolvimento do movimento sindical. E a Frente Parlamentar conta com isso para fazer um trabalho a contento", declara.

## Enquete sobre a Frente Parlamentar

O SINTESP fez uma enquete junto aos seus associados sobre a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança e Saúde no Trabalho.

**Responderam à enquete 337 profissionais TSTs.**

**Você já ouviu falar da Frente Parlamentar de SST?**
NÃO – 220; SIM – 117

**Você sabe qual o objetivo da Frente Parlamentar de SST?**
NÃO – 282; SIM – 55

**Quais as questões de SST que você acha mais importante a Frente Parlamentar de SST atuar imediatamente?**
102 – disseram não ter conhecimento sobre o assunto ou não conhecer o tema. 27 – gostariam de entender melhor para opinar

As respostas dissertativas contribuíram bastante para dar um panorama geral do setor e mostrar as lacunas e gargalos que precisam ser resolvidos.

Jonas Mena Alota, sugeriu que o SINTESP aja mais diretamente. "Não sei se faz parte do escopo de trabalho de vocês, mas acredito que se faz necessário uma intervenção nos cursos da área de segurança do trabalho, visando garantir qualidade aos que lecionam, bem como aos que aprendem. Muitos profissionais estão sendo formados e inseridos no mercado sem o conhecimento mínimo para atuação, o que, ao meu ver,

*A Fenatest, através de seu presidente Armando Henrique; e diretores, como Albuquerque e Heitor, aproveitaram a estada na capital brasileira para conversar sobre a Frente Parlamentar com líderes do movimento sindical, como Paulinho, da Força; e Luisinho, dos Metalúrgicos (segundo, à esquerda)*

dificulta a disseminação da cultura de segurança nos ambientes laborais, bem como as avaliações e/ou correções do mesmo", disse.

O TST Áureo Cesar da Silva falou da fiscalização de SST, que o país tem carência de auditores fiscais e também não sabemos a quem encaminhar denuncias quando vemos irregularidades em SST.

O diretor do SINTESP, Jorge Gimenez Berruezo, deixou sua contribuição destacando a constituição do Conselho de Classe dos TST´s; uma proposta de elaboração de Projeto de Lei, prevendo que qualquer retrocesso das NR's construídas pelo modelo tripartites, seja submetida ao crivo de uma comissão de parlamentares representantes da Frente Parlamentar, à exemplo do retrocesso da NR12, que poderá atuar como um controle social das questões de legislação da saúde dos trabalhadores; elaboração de um PL - Projeto de Lei, que estabeleça a padronização nacional dos pisos salariais dos profissionais de SST, estendido a todos os CNAE.

Para Edson Bezerra Guedes, uma das principais questões mais importante a ser passada é conscientizar os empresários de que não somos um mal investimento e, sim, um ótimo investimento. Com essa questão conseguiremos repassar as atividades pertinentes as NR´S e implantar e implementar dentro das diversas áreas de trabalho um serviço com uma grande qualidade e com grande transparência, e, principalmente, a CIPA, que também muito importante na execução das tarefas.

Vanderlei Sgotte Giraldi considera que a Frente Parlamentar de Segurança e Saúde do Trabalho deve desenvolver novos métodos de fiscalização para as empresas que ainda não se adequaram com as normas trabalhistas, pois só assim os técnicos de segurança do trabalho terão o seu devido reconhecimento com profissionais.

Outro diretor do SINTESP, Julio Jordão, sugeriu políticas que reduzam o índice de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho; ênfase na fiscalização para inibir ambientes e atividades de risco; responsabilização pessoal dos responsáveis pelas condições dos ambientes de trabalho, que forem negligentes, permitindo a ocorrência de acidentes e adoecimento de trabalhadores; Conselho de Classe para Técnicos em Segurança do Trabalho, para melhor fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais desta área.

Rene Alves Cavalcanti, que também é diretor SINTESP, reforçou a criação do Conselho dos TSTs; fortalecimento da fiscalização e do papel regulador e regulamentador do MTE; integração entre as áreas da Saúde, Previdência e Trabalho, para trabalho unificado, organizado e padronizado; propostas de legislação para adequação da proteção à saúde do trabalhador; Instituição da proteção da saúde do trabalhador em todos os tipos de vínculos de trabalho; criação de estatísticas confiáveis e centralizadas; introdução do tema na escolarização; providências para a punição dos crimes de lesão corporal e morte resultantes de acidentes do trabalho, com detenção e indenização.

O associado Gerson Moreira Dias fez o seguinte alerta: "acho que uma das questões mais importante sobre a área é criar um conselho para fortalecer as nossas opiniões diante da sociedade. A profissão de segurança do trabalho é uma das mais antigas do mundo e até hoje, em pleno século 21, continuamos à mercê da nossa política, que não está valendo muita coisa importante sobre nossa profissão: exemplo de um descaso total até hoje é o maior estado do país, em nosso Estado de São Paulo, não temos um curso de Engenharia direcionado diretamente a nossa área, qualquer coisa que queremos, temos que pegar carona para resolvermos problemas. Como podemos ter Frente Parlamentar se não temos nem identidade própria?", questiona.

Para Luiz Antônio Rodrigues Ferreira, primeiro temos que exercer a pressão parlamentar para a imediata criação do Conselho de Classe para os Técnicos de Segurança do Trabalho; que a Frente Parlamentar de SST atue criando Leis proibindo cursos de formação de Técnicos de Segurança do Trabalho on-line, bem como fiscalizando para que os Conselhos Estaduais de Educação dos 27 Estados da Federação não aprovem a criação destes cursos, como ocorrido em São Paulo, e solicitar a estes Conselhos a não autorização por tempo determinado de criação de novos cursos técnicos, devido ao excesso de escolas formando profissionais com má qualidade e não absorvidos pelo mercado; além disso, a Frente Parlamentar de SST deve atuar em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego e os Sindicatos dos Técnicos de Segurança nos Estados no sentido de criar uma força-tarefa para fiscalizar empresas como a Petrobras, que coloca nas atribuições da função Técnico de Segurança atividades que configuram desvio de função, contrariando a Portaria nº. 3.275, de 21 de setembro de 1989, que define suas atribuições profissionais e a A Norma Regulamentadora nº. 4 (NR-4) – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, com redação dada pela Portaria nº. 33, de 27 de outubro de 1983, em seu item 4.10.

E Antonio Clareth Vieira Palma Junior, informou que é fundador e diretor de uma empresa de gestão ambiental e segurança do trabalho e atualmente tem diversos profissionais em segurança do trabalho atuando em todo o Brasil, mas a grande dificuldade encontrada pelos profissionais e pelas empresas é a diversidade de salário e a falta de conselho federativo. "Ao meu ver, como patrão, assim como também já fui um TST, sugiro que coloquem na pauta os seguintes assuntos: criação ou fortalecimento do Conselho Federativo dos Técnicos de Segurança do Trabalho; aprovação em Lei, salário equiparado nacionalmente dos profissionais TST; criação de um registro nacional, voltar ao que era há muitos anos, quando existia uma credencial nacional. A princípio vejo estes itens como principais, devido as dificuldades que tenho hoje com meus funcionários", declarou.

30 ANOS INSTRUTHERM

TOP OF MIND PROTEÇÃO 2015

NEI TopFive 2014/2015

## TGD-400

MEDIDOR DE STRESS TÉRMICO DIGITAL

Datalogger com capacidade de armazenamento de 128 Kb de dados;
Atende os requisitos mínimos de acordo com as normas NR.15 e NHO-06;
Conexão via RS-232.

## CPT-100

CONTADOR DE PARTÍCULAS DIGITAL

Imagens em formato (JPEG) e grava vídeo formato (3GP);
Cartão de memória Micro SD (até 8 Gb)
Mede e exibe 6 canais de tamanhos de partículas;
Armazena até 5.000 registros de amostras;
Temperatura e umidade do ar.

## DG-500

DETECTOR DE 4 GASES

Display de Cristal líquido (LCD);
Detecta: Ch4, H2S, CO, 02;
Indicação de alarme sonoro, vibração e luz;
Conexão via USB.

## MV-100

MEDIDOR DIGITAL VIBRAÇÃO

Imagens em formato (JPEG) e grava vídeo formato (3GP);
Cartão de memória Micro SD (até 8 Gb)
Mede e exibe 6 canais de tamanhos de partículas;
Armazena até 5.000 registros de amostras;
Temperatura e umidade do ar.

## DOS-600

DOSÍMETRO DE RUÍDOS

**Armazena dados em 50 eventos;**
Atende as normas: - ANSI S1.25 / IEC 651;
**Memória interna de 120.000 dados;**
**Conexão via USB.**

Acompanhe a Instrutherm no facebook.com/instrutherm

Entre em contato instrutherm@instrutherm.com.br

Acesse o nosso site www.instrutherm.com.br

Faça-nos uma visita Rua Jorge de Freitas, 264 - SP

Fale conosco (11) 2144-2800 | FAX: (11) 2144-2801

Técnica / Informativa

# 43 anos do SESMT - Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho

Passados 43 anos da instituição do SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho, temos uma história construída. A iniciativa da criação da obrigatoriedade dos serviços especializados de Segurança e Saúde no Trabalho, em 27/07/72, através da portaria 3.237, visava a reduzir os índices de acidentes do trabalho, que lamentavelmente colocaram o Brasil na condição de campeão mundial em ocorrências. Naquele momento, a cada 100 trabalhadores, 18 sofriam acidentes graves com afastamento do trabalho. No decorrer desses anos, nos deparamos com alguns estágios que já nos permitem avaliar o desempenho da área, baseados nas estatísticas que registram atualmente que 1,5% dos trabalhadores com registro em carteira sofrem acidentes de trabalho. Isso representa uma redução de 18% para 1,5%, o que, entretanto, não caracteriza uma situação aceitável, pois estamos entre os 15 piores países do mundo neste assunto. Lembramos que a prevenção de acidentes é responsabilidade de cada um. Porém, nas atividades prevencionistas, bem como na qualidade produtividade, a figura do gestor na motivação e gestão dos trabalhos é decisiva para obtenção de resultados. Neste papel nós, Técnicos de Segurança, temos desempenhado nossas funções com competência, apesar das adversidades. O que nos faz lembrar que a Lei da CIPA foi instituída na criação da CLT em 1943, mas, no entanto, permaneceu adormecida nas gavetas dos profissionais de recursos humanos até a criação do SESMT.

A partir de 1972, esta representação dos trabalhadores tomou impulso tal que passou a fazer parte da nossa Constituição Federal de 1988, o que nos permite afirmar que, por trás de uma CIPA atuante, sempre há um Técnico de Segurança do Trabalho competente, atuando como facilitador dos trabalhos gestão e organização desta comissão.

Portanto, prevencionistas, neste momento temos motivos para comemorar o dia 27 de julho como o Dia do SESMT, e devemos nos empenhar para que possamos comemorar este dia enquanto formos úteis na prevenção da segurança e saúde dos trabalhadores. No nosso entendimento, a área deve sofrer mudança na busca de melhoria contínua, mesmo porque o modelo atual não corresponde à realidade, e a dinâmica das relações de trabalho impõe mudanças constantes, o que não significa o desmonte de modelo que deu resultado e que cumpre com o seu papel.

*Armando Henrique*
*Presidente da FENATEST – Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho*

Objetivando atingir melhores resultados, o momento nos permite avaliar o que fizemos e o que deixamos de fazer no nosso campo de competência para assegurar a preservação da integridade física dos trabalhadores. Um dos erros ou omissão foi o pouco empenho em fazer marketing "ou bater lata" sobre os resultados obtidos na redução dos acidentes e melhorias dos ambientes de trabalho e a aplicação de metodologia de medição de desempenho como ferramenta confiável e consensual, possibilitando espaço para os críticos e oportunistas de plantão, que muitas vezes sequer pisaram em uma frente de trabalho com riscos, mas que se sentem no direito de fazerem ingerências indevidas com interesses políticos e pessoais, desrespeitando o direito universal do trabalhador que é de ter condições dignas de trabalho e a integridade física preservada. Salientamos que, ao falar sobre o SESMT, limitamo-nos a fazer considerações sobre a nossa profissão de Técnicos de Segurança, visto que não nos cabe avaliar as competências dos demais profissionais de categorias diferenciadas que compõem este serviço e que dispõem de organizações próprias reguladoras do exercício profissional, como CREA, COREN e CRM. Neste momento, apesar das metas atingidas não satisfazerem nossas expectativas, temos motivos para comemorar, porque a cada acidente ou doença do trabalho evitado com as nossas ações não tem preço, especialmente para os nossos trabalhadores tão sofridos nas relações de trabalho.

Clínica Dr. Flávio de Oliveira Campos
Especializada em Medicina do Trabalho

- Exame Clínico
- Admissional
- Periódico
- Demissional
- Emissão do ASO
- Elaboração de PCMSO
- Exames Laboratoriais
- Parceria com Técnicos de Segurança do Trabalho

Atendimento de 2ª a 6ª
das 8h às 16H45 sem intervalo
Rua Vergueiro, 1883 - Cj. 71 - V. Mariana
(Entre as estações do metrô Paraíso e Ana Rosa)
Tels.: 11 5575-1969 / 5572-0781 / 5083-0797
www.drflaviocampos.com.br
flavio.de.campos@terra.com.br

XVII FIMAI
Feira Internacional de
Meio Ambiente Industrial
e Sustentabilidade
2015
Data: 11,12 e 13 de novembro de 2015| Horário 13h ás 20h.
Visitação gratuita | Expo Center Norte - São Paulo | Pavilhão Branco
Reservas, inscrições e informações: Tel. +55 11 3917-2878
site: www.fimai.com.br | e-mail: rmai@rmai.com.br

Geral

# Entidades celebram 24º aniversário da Lei de Cotas

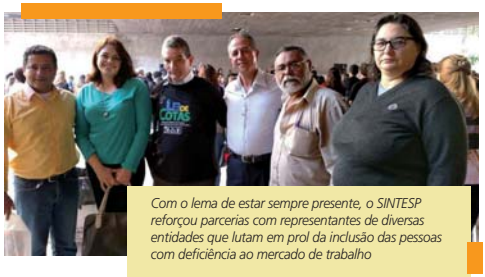
Uma cerimônia realizada, dia 24 de julho, na Praça das Artes, na Av. São João, 281, no centro de São Paulo, SP, celebrou o 24º aniversário da Lei de Cotas. A comemoração visou derrubar as barreiras que ainda obstruem os canais que levam as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. No evento estavam representantes de instituições governamentais, não governamentais e sindicais que falaram sobre a importância e conquistas na Lei de Cotas.

*Em apoio ao evento, Marquinhos e Mirdes representaram o SINTESP e ressaltaram a importância do papel do Técnico de Segurança do Trabalho para fazer valer a Lei de Cotas nas empresas*

Em 2015, também se comemora outro marco de importância no campo da garantia de direitos para as pessoas com deficiência: a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, sancionada pela Presidência da República no dia 6 de julho deste ano e que passará a valer a partir de 2 de janeiro de 2016. A Lei de Cotas exige que as empresas com mais de 100 funcionários destinem vagas de trabalho voltadas a pessoas com deficiência. Se a companhia tiver de 100 a 200 colaboradores, a exigência é de 2% das vagas. Já para empresas que tenham de 201 a 500 funcionários, o mínimo exigido é de 3%. De 501 a 1000 funcionários, a exigência é de 4%. Acima disso, o percentual é de 5%.

*Marquinhos parabenizou a história de vida e superação do escritor e poeta Carlos Eduardo Viviani, que estava divulgando um dos seus livros no evento*

A mesa de abertura contou com falas de autoridades sobre a importância e conquistas na Lei de Cotas e na garantia dos direitos das Pessoas com Deficiência. Entre os presentes estavam Carlos Aparício Clemente, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, coordenador do Espaço Cidadania; e José Carlos do Carmo, o Kal, da Superintendência Regional do Trabalho e coordenador do Projeto de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Entre informações sobre inclusão, troca de experiências, várias programações artísticas, encontro de amigos e militâncias, na ocasião também foi lançada a Carta de São Paulo em defesa à Lei de Cotas.



*Com o lema de estar sempre presente, o SINTESP reforçou parcerias com representantes de diversas entidades que lutam em prol da inclusão das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho*

No ato estavam presentes Marcos Antonio Ribeiro, o Marquinhos, presidente do SINTESP; e Mirdes Oliveira, diretora da pasta da Diversidade, da entidade. O sindicato apoiou o evento e fortaleceu a importância da atuação do Técnico de Segurança do Trabalho neste universo.

"Há que se considerar diversos aspectos para a contratação de uma pessoa com deficiência dentro de uma empresa. O Técnico de Segurança do Trabalho tem que ter conhecimento e, principalmente, um olhar muito abrangente sobre este tipo de contratação, pois é preciso que seja feita uma análise, um estudo específico para a inclusão do trabalhador com algum tipo de deficiência no ambiente de trabalho", informou o presidente do SINTESP.

Marquinhos comentou que o SINTESP é a favor da inclusão, mas com consciência. "É uma questão complexa e ainda temos que vencer diversas barreiras neste campo, mas os profissionais TSTs precisam ter um conhecimento mais apurado neste assunto para atuar dentro de cada especificidade que o trabalhador com deficiência apresenta, para que ele seja inserido da melhor forma possível, tendo suas necessidades especiais atendidas de forma responsável", disse.

Segundo ele, tudo tem que ser analisado detalhadamente, ou seja, cada ambiente, o tipo de trabalho que a pessoa vai executar, para que esse trabalhador não seja colocado em qualquer lugar, não seja exposto de forma inadequada e venha a ser prejudicado. "Por isso, o Técnico de Segurança do Trabalho é um dos profissionais mais importantes para inserir um trabalhador com deficiência no local de trabalho", atentou.

Para Marquinhos, o evento em comemoração ao 24º aniversário da Lei de Cotas foi muito bem-vindo e é importante que o tema continue sendo debatido. "Não é fácil você fazer a inclusão. Não vejo todos os profissionais técnicos preparados para esse tipo de atividade, por isso, ele tem que se apropriar dessas informações, juntamente com o RH da empresa, porque, com certeza, ele vai ser o elo entre esse trabalhador e a empresa. Se o TST não tiver uma sensibilidade para conduzir de forma diferenciada o trabalhador com deficiência, sem dúvida, isso pode ser um grande risco para esse trabalhador. Portanto, eventos como esse são muito importantes para mostrar a realidade e quais as formas adequadas para a inclusão nos ambientes de trabalho. Temos que ter essa discussão para que a inclusão seja feita com qualidade, com responsabilidade", afirma.

Ele informou que o SINTESP tem uma diretoria específica, voltada para a Diversidade e para a Mulher, que atua proativamente junto aos mais diferentes grupos de trabalhos que existem nos cenários sindical e social para que a entidade dos TSTs possa entender melhor as diversas categorias de trabalhadores que existem e consiga atendê-los da melhor maneira possível. "Nós, profissionais de SST, temos a obrigação legal e moral de participarmos e promovermos nos locais de trabalho, as condições para a acessibilidade de trabalhadores e pessoas com deficiência", concluiu.

# MTE define novas regras para atividade insalubre

Segundo divulgação da Assessoria de Imprensa do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, foi publicada em 29 de maio de 2015, a Portaria 702, que determina os pré-requisitos necessários para ampliar a jornada de trabalho em atividades insalubres e define quais informações devem constar das solicitações. A análise vai considerar os possíveis impactos na saúde dos trabalhadores e a quantidade de acidentes ou doenças de trabalho das empresas envolvidas. Empregadores com números elevados terão seus pedidos indeferidos.

Os pedidos deverão apresentar a identificação do empregador e do estabelecimento, incluindo a razão social, CNPJ, endereço que necessitam de prorrogação e o número de empregados alcançados pela medida, além de descrever a jornada de trabalho ordinária.

Será exigida ainda, a relação dos agentes insalubres, com a identificação da fonte, nível ou concentração e descrição de medidas de controle.

O deferimento dos pedidos está condicionado à inexistência de infrações relacionadas as normas regulamentadoras, à adoção de pausas durante o trabalho, ao rigoroso cumprimento dos intervalos previstos na legislação, além de contar com a anuência da representação da categoria profissional por meio de acordo ou convenção coletiva.

As análises serão efetuadas por meio de documentos, consulta aos sistemas de informação da inspeção do trabalho e visitas complementares ao estabelecimento empregador.

Geral

# Centrais e Dieese debatem proposta do governo de proteção ao emprego

As centrais sindicais e o Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, debateram, dia 22 de julho de 2015, na capital paulista, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado por medida provisória no último dia 6 de julho, e publicado no Diário Oficial da União.

O plano permite a redução temporária da jornada de trabalho, com diminuição de até 30% do salário. Para isso, o governo arcará com 15% da redução salarial, usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A complementação é limitada a R$ 900,84, valor que cobre 65% do maior benefício do seguro-desemprego. O maior benefício do seguro-desemprego é R$ 1.385,91. "Isso não resolve a crise e é válido desde que os trabalhadores aceitem essa medida negociada com os sindicatos", disse o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, que destacou o programa como uma alternativa para o layoff e o momento de crise.

Ele disse que a ideia agora é debater e verificar o que pode ser melhorado no programa. "Como a extensão do plano para outros setores da economia, ter a possibilidade de diminuir esse desconto do trabalhador e não interferir nos pisos salariais das categorias", afirmou. Para Torres, o ponto mais delicado é a redução de salário, porque os ganhos já estão corroídos e a inflação está acima do esperado. "Mas avaliamos que [a proposta] fortalece a negociação sindical e a palavra final é do trabalhador. O que está no programa pode ser melhorado na negociação coletiva. A vantagem é que ele mantém o trabalhador empregado, com seus benefícios, e consumindo".

*Presidente da CNTI, José Calixto Ramos; o ministro Manoel Dias e o presidente da Anfavea, Luiz Moan, no momento do lançamento do PPE. Entre os objetivos o plano destaca que para garantir o benefício, em primeiro lugar, as empresas precisarão firmar acordo com os sindicatos*

O presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antônio Neto, lembrou que, em um primeiro momento, o sindicato foi contra a medida, mas agora está aberto a conhecer os detalhes e discutir a implantação. "A lei é muito antiga, só que não havia dinheiro de parte do trabalhador para ajudar as empresas a passar por esse momento. Agora, estão formatando para o trabalhador aceitar reduzir o salário. Estamos dispostos a ajudar, mas queremos discutir. Espero que seja bom para o trabalhador".

Na avaliação do presidente estadual da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Luiz Gonçalves, o PPE deveria ser dirigido a toda a classe trabalhadora, já que o desemprego na indústria causa um efeito dominó, atingindo todos os setores da economia. "Também é preciso ter vigilância permanente para não haver redução de jornada e de salário, e continuar com as horas extras e o banco de horas. Além do que, quando a economia melhorar, não haja dificuldade para negociar reajuste real de salário, e que a jornada continue reduzida", afirmou.

O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, acha que o plano é um "instrumento bem-vindo" no momento em que se vive uma crise de emprego "muito grave" no setor industrial. "É um programa experimental, que funciona positivamente em países referência na defesa do emprego, cabendo agora ao movimento sindical, acompanhar sem nenhum preconceito, e ver as possibilidades que oferece. O plano não anula os demais instrumentos, mas é o mais avançado, porque mantém o contrato do trabalhador em vigor, tem estabilidade, e protege por quase dois anos o trabalhador". As solicitações de adesão ao programa serão recebidas e analisadas pela Secretaria Executiva do Comitê do PPE. As empresas que entrarem ficam proibidas de demitir funcionários com jornada reduzida, sem justa causa, durante o período de duração do programa e, após o término, por um período de até um terço do período de adesão.

# Por um código de autorregulamento do movimento sindical

"O movimento sindical precisa urgentemente elaborar um código de autorregulação com recomendações de boas práticas e respeito aos princípios da moralidade, da ética, da transparência, da participação e da prevalência do interesse público e dos trabalhadores. Seria uma forma eficaz de responder aos ataques da série de reportagens de O Globo, que optou por desqualificar as organizações de trabalhadores, quando sabemos que nas entidades patronais existem coisas até piores".

Com esta declaração, o jornalista Antônio Augusto de Queiroz, analista político, diretor de Documentação do Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, defende que a instituição movimento sindical, como instrumento de defesa dos direitos e interesses da coletividade, em geral, e da classe trabalhadora, em particular, é um dos pilares da democracia e dispõe de uma série de poderes e prerrogativas que a credencia como um ator relevante no cenário político, econômico e social do país. Entre esses poderes e prerrogativas das entidades sindicais, destacam-se: a) o poder de estabelecer ação regulatória por via dos instrumentos normativos; b) a força de restringir ou condicionar a liberdade patronal na contratação e definição de condições de trabalho; c) a garantia de autotutela do próprio interesse; d) o reconhecimento de certo poder extralegal, como os fixados em acordos e convenções coletivas que celebra, os quais têm força de lei; e) o poder de atuar como substituto processual; e f) a prerrogativa de ingressar no Supremo

Tribunal Federal com Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Para Queiroz, a continuidade dessas garantias depende de credibilidade e legitimidade de seus dirigentes, cuja missão é representar, organizar, mobilizar, defender os direitos, os interesses e educar o trabalhador para a cidadania. E estabelecer e recomendar boas práticas no exercício dos poderes e prerrogativas legais e extralegais é condição indispensável para sua preservação.

Ele explica que o eventual código de auto regulação poderia recomendar, entre outras condutas, por exemplo: i) a ampliação dos espaços de diálogo e participação dos trabalhadores nas entidades sindicais; ii) a realização frequente de campanhas de filiação; iii) a promoção de programas de formação e qualificação da base, em geral, e dos militantes, em particular; iv) campanhas e ações para aguçar o sentido de solidariedade, consciência política e cidadã da base; v) o respeito à capacidade contributiva dos trabalhadores no momento de instituir taxas além da associativa, com limites em relação à remuneração; viii) fixação de remuneração de dirigentes, quando paga pela entidade sindical, compatível com a realidade de mercado e das finanças da organização sindical, bem como a vedação de qualquer tipo de nepotismo; ix) a prática de abertura de processos de afastamento, com direito de defesa, de dirigentes que negligenciem a representação e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores; x) transparência na prestação de contas regulares; xi) processo eleitoral democrático, com eleições periódicas e livres; e xii) duração de mandato não inferior a dois nem superior a cinco anos, proibida a prorrogação de mandato, além de número de dirigentes e representantes sindicais proporcional ao tamanho da categoria.

*O jornalista Antônio Augusto de Queiroz dá as dicas para uma autorregulamentação do movimento sindical*

"Esse conjunto de sugestões às bases, certamente contribuiria para aumentar a legitimidade e, sobretudo, a representatividade sindical. E a representatividade se mede, entre outros fatores: a) pela taxa de sindicalização; b) pelo número de convenções e acordos assinados proporcionalmente ao número de empresas na base; c) pela capacidade de mobilização; e d) pela ocorrência de greves; e) pela postura da imprensa da entidade frente ao governo e patrões", diz.

Algumas das medidas sugeridas, que poderão ter outro conteúdo e não devem se limitar às mencionadas, poderiam implicar mudança estatutária, porém a maioria depende mais de mudança cultural, de postura e de comportamento das lideranças e dirigentes sindicais, do que de mudança legal ou institucional.

"Por fim, registre-se que o movimento sindical está entrando numa fase de resistência e nesse novo momento só sobreviverá quem atuar em conformidade com alguns daqueles princípios. Se ficar omisso ou alheio aos alertas deste texto, a tendência é que haja um processo natural de depuração, com a própria base se encarregando de denunciar a apatia, o imobilismo ou a ausência de democracia e compromisso com os trabalhadores nas entidades", finaliza Queiroz.

Geral

# Norminha recebe Prêmio Excelência e Qualidade Brasil 2015 e seu diretor é intitulado Comendador

A noite do dia 23 de julho de 2015 foi muito especial para a equipe da Norminha, um dos informativos mais importantes na área de Segurança e Saúde do Trabalho no Estado de São Paulo. Na ocasião, a Braslíder - Associação Brasileira de Liderança, realizou uma solenidade de gala a entrega do Prêmio Excelência e Qualidade Brasil 2015, no Círculo Militar do Estado de São Paulo ao lado da Assembleia Legislativa de São Paulo.

E mediante a indicações, avaliações, estudos e auditorias específicas, a Braslider reconheceu a indicação pública e premiou profissionais e empresas de 50 categorias pertencentes a vários estados brasileiros, que mais se destacaram ao longo do ano em suas áreas de atuações.

A cerimônia de entrega do prêmio, presidida por Moisés Hartmann Almeida e sua esposa, Debora Cristina Hartmann Almeida, diretores da Braslider; foi prestigiada por autoridades e personalidades do meio artístico, cultural, político e empresarial. Na solenidade foram conferidas as Comendas Medalha Honra ao Mérito, Troféu Excelência e Qualidade Brasil e Placa Destaque e Melhores do Ano. Estiveram presentes mais de 600 convidados especiais.

De fato, uma honraria que incentiva a busca pelas práticas da qualidade e da excelência em todos os setores da sociedade, contribuindo para um Brasil mais ético, forte e competitivo.

*Momento em que o idealizar e diretor de "Norminha", Wilson Célio Maioli, discursava ao receber a premiação. Presente, sua esposa e diretora (de azul) Rosa Mika Tsuchiya Maioli e o casal diretores da Braslíder, Moises Hartmann Almeida e sua esposa, Debora Cristina Hartmann Almeida.*

Entre os premiados, o diretor presidente de "Norminha", Wilson Célio Maioli recebeu, perante a sociedade, o significativo reconhecimento público, o título de Comendador, por estar entre os melhores do ano, pela categoria "Profissional do ano, destaque mérito de responsabilidade social, exemplo digno de ser seguido por todas as pessoas de boa fé, honestos e de caráter voltado em prol de uma sociedade mais igualitária, justa e perfeita".

Maioli, muito emocionado com o reconhecimento, frisou em seu discurso: "Sabe daquela História 'de que você pode tomar um balde de sal de frutas e não pode deixar de beber ou comer aquilo que te fez mal?', pois bem, devo esse Título de Comendador por acreditar e viver nessa História. Somos aquilo que fazemos, naquele momento, naquele instante. O resultado desse momento é que ilumina o seu caminho. Assim como iluminou o meu e me proporcionou este momento único na vida!", declarou.

Em meio a muitos agradecimentos pelo apoio e incentivos que recebeu ao longo de seu trabalho na Norminha, Maioli reforçou que continua o mesmo, mas, agora como Comendador, tem ciência de que aumentou sua responsabilidade de fazer sempre o melhor e continuar sempre na mesma escolha: "Entre um casebre e um palácio, escolho sempre a dignidade! Essa é minha escolha! Eu acredito! Que Deus continue me iluminando e que continue iluminando também a todos que conhecem e usufruem do meu trabalho! Muito obrigado, mesmo!", referenciou.

# SINTESP prestigia entrega de certificados no Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco

Em evento ocorrido dia 24 de julho de 2015, o presidente do SINTESP e secretário de Segurança e Saúde do Trabalho da Força Sindical São Paulo, Marcos Antonio Ribeiro, o Marquinhos, prestigiou a solenidade de Entrega de Certificados de Conclusão de Curso em SST (Cipa) dos Trabalhadores representados pelo Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco.

*A solenidade contou com a presença do presidente do SINTESP, Marquinhos, que participou da entrega dos certificados e parabenizou todos os trabalhadores*

De acordo com o sindicato, 64 trabalhadores (as) foram treinados e estão capacitados para desempenhar um trabalho preventivo em suas empresas. Na cerimônia de entrega dos certificados, a presidente do Sindicato, Eunice Cabral ,destacou a importância do curso e do papel atuante e participativo do trabalhador e da trabalhadora.

Ela também apontou a questão da prevenção como sendo um dos pontos de destaque e foco do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho do Sindicato das Costureiras. "A vida é um eterno aprendizado e o trabalhador que investe em aprender faz hora extra de conhecimento e sabedoria", declarou Eunice.

# SINTESP participou da 29ª Reunião do Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador

As Centrais Sindicais realizaram, dia 17 de julho de 2015, a 29ª Reunião do Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador das Centrais Sindicais, na sede do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Os assuntos debatidos na pauta foram: Plansat - Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, posicionamento e proposta da bancada dos trabalhadores; NR-12, desdobramento na Câmara dos Deputados e Portaria do MTE, NR-15 (anexo 08 – vibrações) encaminhamentos CTPP e Jurídico; Fator Acidentário de Prevenção – FAP (apresentação do MPS para FNST-CS); aproximar as Centrais Sindicais e Sindicatos às políticas e iniciativas do Sesi e Senai; PLs em tramitação, apresentados pelo Fórum; Reuniões e eventos: 33ª Reunião do CTSST; Seminário Internacional de SST (DIEESE); 15ª Conferência Nacional de Saúde e 2ª Conferência Global de Alto Nível em Segurança no Trânsito – de 18 e 19 /11/ 2015, em Brasília/DF.

Na ocasião, o SINTESP marcou presença com o diretor Sebastião Ferreira, que reforçou a participação do sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho com o objetivo de discutir assuntos relevantes relacionados à segurança e saúde do trabalhador.

*Sebastião (primeiro à direita) destacou que os assuntos tratados na reunião vão impactar diretamente as ações da categoria dos TST's como um todo*

Para Sebastião, os assuntos tratados na reunião, como o Plansat, a NR-12, o FAP e a aproximação com o Sesi, foram importantes para avaliar possíveis parcerias para a formação do trabalho decente. "Assuntos como estes irão influenciar a vida dos trabalhadores e, consequentemente, vão impactar diretamente as ações da nossa categoria como um todo", apontou.

Dos temas discutidos, na visão de Sebastião, a questão da NR 12 foi uma das mais relevantes. "Considerando as últimas ações visando a suspensão da NR-12 por parte dos representantes patronais, depois de aprovada por consenso na comissão tripartite, está sendo construída uma carta denúncia, que após ser submetida à aprovação das lideranças das Centrais Sindicais, será encaminhada para a OIT – Organização Internacional do Trabalho", contou.

Além da carta que será endereçada à OIT, destacando a preocupação do Fórum quanto as negociações tripartite, foi sugerida a realização de oficinas das centrais participantes do Grupo de Trabalho para discussão do FAP, com o objetivo de definirem o posicionamento da bancada dos trabalhadores.

Meio Ambiente

# Workshop apresentou medidas para a crise hídrica de São Paulo

A Fiesp, por meio de seu departamento de infraestrutura (Deinfra), promoveu no dia 22 de julho de 2015, o Workshop Soluções Para a Crise Hídrica do Estado de São Paulo, com o objetivo de expor a situação atual das obras emergenciais propostas pelo governo para suprir o déficit de água e analisar as dificuldades que os órgãos responsáveis estão encontrando para realizá-las.

Na ocasião, Nádia Paterno, diretora da divisão de saneamento básico do Departamento de Infraestrutura da Fiesp, observou que a crise da água foi anunciada e é urgente um choque de gestão e planejamento, pois os obstáculos são vencidos com vontade política e determinação, mas sem a criação de novas tarifas e impostos.

*O evento recebeu diversos representantes de entidades públicas e privadas para discutir ações necessárias para amenizar os efeitos da crise hídrica em São Paulo, bem como apresentar ferramentas que podem ajudar as empresas e a socieade em geral a administrarem melhor os recursos hídricos no Estado*

Para Alceu Guérios Bittencourt, presidente da Abes-SP, é preciso refazer o planejamento à luz de novos dados. Ele sugeriu soluções combinadas, o uso de águas superficiais, melhor controle das águas subterrâneas, a revisão de outorgas individuais, além de novas modelagens com soluções combinadas, como o reúso.

"O país esqueceu de planejar", criticou Newton de Lima Azevedo, um dos governadores do Conselho Mundial de Água. "Nós conseguimos controlar o incêndio, mas não equacioná-lo. Haverá novos incêndios", uma metáfora utilizada por Azevedo que apontou alternativas, como o reúso e a dessanilização da água, que depende de tecnologia, bem como a parceria público privada (PPP) a fim de trazer os recursos privados para projetos, mas é preciso garantir segurança. Segundo ele, a sociedade não tem ideia do custo da água, citando que os investimentos necessários para a universalização da oferta até 2033 são R$ 20 bilhões/ano. Em 2014, foram investidos R$ 9 bilhões, no Brasil, menos da metade do necessário. Das 26 empresas estaduais, 20 têm receita menor do que as suas necessidades operacionais. Portanto, há uma grande equação a ser resolvida, na conclusão de Azevedo: "tem muita gente onde não tem água e muita água onde não tem gente".

Já Jerson Kelman, presidente da Sabesp, criticou a estrutura tarifária antiga, herdada da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp). "Não faz sentido a tarifa de esgoto ser diferente da aplicada à água, por exemplo. Não tem sentido as prefeituras pagaram caro e ficarem inadimplentes. É preciso repactuar a tarifa com os usuários. Está na hora".

Kelman enfatizou o incremento do reúso de água para a agricultura, a indústria e o consumo humano, em parceria com o projeto Aquapolo Ambiental. Ele reforçou que não vê necessidade de rodízio em 2015, após ações como a utilização de reservas técnicas, transferência de água entre os sistemas e o bônus dado a quem conseguiu economizar em sua conta, além da diminuição da pressão nas tubulações. Outras ações citadas foram as obras sendo concluídas, como o Sistema São Lourenço e a conexão Jaguari e Atibainha (ainda em fase de licitação).

Kelman frisou que a água também está mais cara porque é buscada cada vez mais longe. Ele também defendeu a associação com a iniciativa privada e, questionado, negou que ocorram grandes perdas no sistema: "estão entre 28% e 29% as perdas totais (físicas e comerciais, como roubos e fraudes). A redução dessa perda é de 1% ao ano, índice igual ao do Japão".

## Campanha Associativa 2015

INDIQUE CINCO TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ASSOCIADOS E GANHE UM CURSO NO SINTESP DE 15 HORAS À SUA ESCOLHA!

Para que o profissional tenha direito ao curso, os cinco indicados, além de serem Técnicos de Segurança do Trabalho formados, deverão, em até três meses da indicação, ter sua condição de associados efetivada através de cadastro, envio de toda documentação solicitada e efetuar o pagamento da anuidade.

**Participe!!!**

**Mais informações:**
11 3362-1104
www.sintesp.org.br
sintesp@sintesp.org.br

# O mundo da **Segurança e Saúde do Trabalho** na **TV**

TV SEG
Prevenção e Segurança

***A TVSEG é uma criação da empresa "Paulista Virtual" que visa oferecer conhecimentos da área de segurança e saúde no trabalho para um público que extrapole a comunidade prevencionista.***

O setor de segurança e saúde no trabalho possui boas revistas e informativos que atingem de forma muito abrangente os profissionais especialistas da área, entretanto, a prevenção não se restringe a estes profissionais ou às empresas em que estes trabalham ou prestam serviços, mas deve atingir a todos os brasileiros, em especial a todos os trabalhadores.

Desta forma, decidimos criar uma mídia com o potencial de atingir a todos que necessitam conhecer como se prevenir dos riscos, de forma simples e lúdica.

Explore nosso site, assista a nossos vídeos, tenha contato com os maiores especialistas em cada área, acesse, através de nosso Diretório, todas as informações e direções dentro do setor.

**Mais informações: www.tvseg.com.br**

Agenda de cursos

# Cursos do SINTESP 2015

| | CURSOS SINTESP | Carga horária | Valor Não Associado / Associado |
|---|---|---|---|
| 1 | Formação de Instrutores de Brigada de Incêndio | 21 | 800/400 |
| 2 | Instrutor de Segurança em Trabalho em Altura | 21 | 800/400 |
| 3 | Instrutor de Segurança em Trabalho em Altura | 21 | 800/400 |
| 4 | PPRA como gestão em SST | 15 | 420/210 |
| 5 | Programa de Proteção Respiratória (PPR) | 15 | 420/210 |
| 6 | Instrutor de Segurança em Trabalho em Altura | 21 | 800/400 |
| 7 | Instrutor de Segurança em Espaços Confinados | 40 | 1050/550 |
| 8 | Gestão em Ergonomia com Enfoque na Nova NR 12 | 15 | 420/210 |
| 9 | Instrutor de Segurança em Trabalho em Altura | 21 | 800/400 |
| 10 | NR 32 - PPRA para área da saúde | 15 | 420/210 |
| 11 | Instrutor de Segurança em NR10 | 40 | 1050/550 |
| 12 | SASSMAQ | 15 | 420/210 |
| 13 | Como Elaborar o AVCB | 15 | 500/250 |
| 14 | Instrutor de Segurança em Trabalho em Altura | 21 | 800/400 |
| 15 | Gestão de Segurança no Trabalho em Altura | 21 | 800/400 |
| 16 | Gestão de CIPA | 15 | 420/210 |
| 17 | Gestão Básica em Ergonomia | 15 | 420/210 |
| 18 | Instrutor de Segurança na Operação de Ponte Rolante | 16 | 700/350 |
| 19 | PCMAT | 15 | 420/210 |
| 20 | Primeiros Socorros na Empresa | 8 | 400/200 |
| 22 | Instrutor de NR-20 Líquidos Combustíveis e Inflamáveis | 24 | 800/400 |
| 23 | Investigação de Acidentes Modelo Causal | 15 | 420/210 |
| 24 | Capacitação Didático Pedagógica para Instrutores | 32 | 800/400 |

As **inscrições** são feitas somente via site www.sintesp.org.br/cursoseeventos, de acordo com o cronograma disponibilizado.

**Para mais informações**
entrar em contato pelo e-mail:
**treinamento@sintesp.org.br**
ou telefone: 3362-1104 – ramal 207.

# A Promat amplia a linha de EPI´s para proteger você da cabeça aos pés!

Agora na Promat você também encontra produtos MG Cinto, 3M e Vulcabras.

MG CINTO

Um dos maiores fabricantes de equipamentos de proteção em altura, há 25 anos no mercado.

Botas Vulcabras

Empresa do Grupo Vulcabras|azaleia, e a maior fabricante de calçados da America Latina.

3M

Uma das maiores Companhias do mundo, oferece Equipamentos de Proteção de altíssima qualidade.

ENTRE EM CONTATO E CONFIRA:

• Produtos a pronta-entrega • Melhores condições de preço e prazo
• Redução de custos com transporte

DUPONT MSA The Safety Company ORION Honeywell LUVEX MARLUVAS MG CINTO Botas Vulcabras 3M

Promat LUVAS PROFISSIONAIS

vendas@promat.com.br / TEL./FAX: (11) 2065-0500 • (11) 2065-0555

ATLAS

# 75ª EDIÇÃO

## FONTE CONFIÁVEL HÁ MAIS DE 3 DÉCADAS

**CONTEÚDO ÁGIL E DE FÁCIL MANUSEIO, COM ÍNDICE REMISSIVO.**

**CARACTERES E ESPAÇAMENTO MAIORES QUE FACILITAM A LEITURA.**

*A íntegra das normas regulamentares números 1 a 36 e principais legislações complementares organizadas e atualizadas por uma equipe especializada da Atlas. Com as alterações das NRs 6, 9, 15, 16, 20 e 29.*

***preços sujeitos a alteração sem prévio aviso.*

**30% DE DESCONTO** PARA ASSOCIADOS DO SINTESP

**um exemplar por associado*

| | |
|---|---|
| Edição (2015) \| 1072 Páginas | *de* R$ ~~72,00~~ *por* **R$ 50,40** |

*Compre pelo (11) 3362-1104 ou na sede do SINTESP: Rua 24 de Maio, 104 – 5º andar – República*

***www.sintesp.org.br***

SINTESP
Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho

atlas 70 ANOS
CONHECIMENTO QUE SE RENOVA A CADA DIA